

RESUMO

El Salvador é um país de origem colonial com uma formação social que historicamente impossibilitou a descolonização até suas últimas consequências, fato que perpetuou uma dupla articulação configurada pela dependência e subordinação estruturais frente aos países capitalistas centrais e um sistema permanente de segregação e exclusão das maiorias populares. No último quartel do século XX o regime oligárquico tradicional entra em crise e eclodem os movimentos populares e as organizações político-militares. A presente pesquisa tem por objetivo analisar o processo histórico revolucionário acontecido em El Salvador por meio das narrações de mulheres de origem camponesa. Especificamente daquelas pertencentes às comunidades camponesas do norte de Morazán, onde a organização popular foi decisiva para o processo pelo surgimento das Comunidades Eclesiais de Base através das quais as mulheres passaram a se incorporar à guerrilha ou a colaborar desde a retaguarda com o *Ejército Revolucionario del Pueblo*, uma das cinco organizações armadas que constituíram a *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*. Uma análise é realizada das relações desiguais entre homens e mulheres nas diversas estruturas organizativas populares que foram surgindo ao longo de todo o processo de resistência e luta contra o regime oligárquico. São destacadas as experiências das mulheres durante a guerra e as possibilidades que tiveram de se reconhecer e auto-organizar como um grupo com demandas específicas para superar a opressão e a desigualdade. A premissa teórica fundamental para a análise é a divisão sexual do trabalho e como esta se concretizou nas diversas estruturas organizativas que se conformaram no conflito armado, seja produzindo relações alienadas que afetaram de maneira direta às mulheres ou subvertendo os papéis tradicionais das relações desiguais de poder entre homens e mulheres nos espaços de produção e reprodução. O que se constata é que uma vez terminado o conflito armado e implementadas as políticas neoliberais, se constitui um novo padrão de dependência, expressão da crise estrutural nos países de capital central que coloca em risco toda a experiência acumulada pelas comunidades durante o conflito armado e que acaba por impactar de maneira negativa às maiorias populares e incide de maneira brutal nas mulheres.

Palavras-chave: Morazán; mulheres camponesas; organização popular; divisão sexual do trabalho; crise estrutural do capital; dependência.

Introdução

No último quartel do século XX os países capitalistas centrais entram em sua fase de crise estrutural delimitando o esgotamento de todas as capacidades civilizatórias do capital. Isto coincide com a crise do regime oligárquico tradicional em El Salvador que se desmorona junto com o modelo desenvolvimentista através do qual se encetara um processo tardio de industrialização. A agitação social especialmente dos trabalhadores do campo fora reprimida a ferro e fogo pelas autocráticas ditaduras civil-militares durante todo século XX desde a grande depressão, sendo controlada e mantida dentro dos limites e prolongando a hegemonia da oligarquia. Mas com o fim do regime, o modo de vida camponês entra em declínio e as promessas não cumpridas do desenvolvimento capitalista à nascente classe trabalhadora e às camadas médias marcariam, junto com o aumento da repressão, o surgimento do movimento popular e das organizações político-militares na década de setenta.

Impossibilitadas de encontrar uma saída às históricas mazelas sociais dentro da ordem pelo vertiginoso aumento da violência e o terrorismo de Estado, as organizações populares entram na clandestinidade e engrossam as fileiras do movimento guerrilheiro. Inicia a guerra na década de 80, um cruento processo que se desdobrara ao longo de 12 anos e dizimará a vida de dezenas de milhares de pessoas, muitas delas em luta por uma mudança estrutural. No final da luta armada se vislumbrou o fim da hegemonia oligárquica tradicional, mas um novo padrão de dependência aparecera no horizonte a partir da posta em marcha das contrarreformas neoliberais.

Apesar de que o movimento popular e o movimento armado adotaram em seus inícios a perspectiva da revolução socialista, do antiimperialismo e preconizaram uma transformação radical das estruturas políticas, sociais e econômicas o resultado foi o contrário, e com os anos o que se descortinou foi um retrocesso enorme nas condições de vida das maiorias populares. O fim do conflito armado deu passo à instauração de um novo modelo econômico que aprofundou a dependência externa possibilitando novos padrões de dominação e acumulação de capital. Os efeitos negativos em El Salvador da dominação capitalista dos países centrais em sua fase de crise estrutural levaram contraditoriamente a um acirrado processo de descampesinização da sociedade ao aumento do desemprego estrutural e da violência social.

A *Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional*, movimento guerrilheiro ao interior do qual se aliaram todas as forças progressistas de esquerda e social-democratas, se tornou o máximo organismo condutor das organizações político-militares e dos movimentos populares. Apesar de que no seu interior existiam contradições entre as forças políticas e sociais que o compunham, quanto a prolongar a guerra ou se inserir no emergente regime da oligarquia financeira, ao longo do conflito nunca abandonara sua postura de estabelecer um diálogo para chegar a acordos com a classe dominante. O desmoronamento do socialismo realmente existente em finais da década de 80 levará à FMLN a um ponto de inflexão onde a balança penderá em favor das forças social-democratas que se inseriram rapidamente na democracia de fachada patrocinada pelos Estados Unidos. Após esses eventos a comandância da FMLN lançou uma série de proclamas anunciando o abandono da revolução socialista e a total abdicação do seu programa de reformas de corte nacionalista e radical. Os Acordos de Paz negociados com a oligarquia financeira serão produto de uma flexibilização ainda maior.

O objetivo do presente trabalho é contar a história deste processo iniciado na década de 70 e que se estende em toda a época neoliberal de pós-guerra desde o ponto de vista da mulher que participou na luta, tanto como combatente quanto como colaboradora na retaguarda do movimento guerrilheiro. O papel e a participação da mulher foi fundamental para a manutenção do movimento. No entanto, na época neoliberal, a precarização do trabalho, o desemprego estrutural, a violência e o aumento da miserabilidade a golpeiam com maior força que a seus pares masculinos da classe trabalhadora.

Nesse sentido, escolhi estudar o processo através da participação das mulheres do norte de Morazán nas organizações populares que se configuraram na década de 70 a partir das Comunidades Eclesiais de Base sob o impulso da Igreja progressista. Estes grupos religiosos são essenciais para entender o surgimento dos primeiros núcleos armados nesta região do país que viu nascer uma das mobilizações mais fortes e organizadas de comunidades camponesas. Se bem nos seus começos predomina o fator religioso tendo como elemento mediador a Teologia da Libertação, sua politização e posterior militarização serão encetadas por um núcleo urbano armado oriundo de San Salvador denominado *Ejército Revolucionário del Pueblo*, uma das cinco organizações político-militares que conformaram a *Frente Farabundo Martí*.

Como premissa teórica utilizo os fundamentos da teoria marxista para analisar tanto os impactos da crise estrutural em El Salvador, quanto às relações de homens e mulheres ao

interior da guerrilha, duas dimensões que não podem ser desvinculadas para realizar uma avaliação crítica dos desdobramentos da guerra. De tal forma que, mais do que uma análise das condições objetivas que impediram o triunfo militar para a toma do poder por parte da guerrilha; ou uma avaliação das mudanças ideológicas e dos fatores políticos que levaram à guerrilha a abdicar do seu nacionalismo radical para compactuar com a ordem neoliberal burguesa, o que faço é uma abordagem do papel e da participação das mulheres dentro das organizações populares. Se bem que estes dois fatores, condições objetivas e subjetivas das mudanças na guerrilha, não são deixados de lado, o foco se centra na experiência das mulheres e a divisão de trabalho que tiveram que enfrentar em função das mudanças na estrutura organizacional no interior das organizações populares. Entendendo a divisão de trabalho costumeira - as mulheres predominantemente na esfera da reprodução e os homens na esfera produtiva - como a origem da subordinação e opressão da mulher e a origem das relações alienadas entre os sexos; ou bem, como a subversão da divisão de trabalho tendeu, dentro da guerrilha e as organizações populares a possibilitar da construção de uma nova sociabilidade pautada na igualdade substantiva da mulher. Quais foram os limites e os avanços que as mulheres encontraram para sua emancipação em cada momento do processo histórico, desde as comunidades eclesiais de base, passando pelo exército guerrilheiro e os acampamentos de refugiados? Como se manifestou o sistema do patriarcado em cada estrutura organizativa? Quais foram as possibilidades das mulheres de se organizar e se identificar como grupo com demandas específicas a sua condição de opressão? Estas são algumas das perguntas que tentarei responder ao longo da pesquisa.

O presente trabalho é eminentemente histórico, no primeiro capítulo faço uma síntese de todo o período que vai desde a emancipação do jugo colonial passando pela consolidação da república até a emergência da oligarquia cafeeira e todos os desdobramentos do seu domínio autocrático ao longo do século XX e sua crise final que dará origem ao conflito armado. Este breve percorrido é feito através de uma lente centro-americanista que visa o entendimento da região como possuidora de um destino comum sem perder de vista as particularidades de cada país.

É importante partir do momento histórico em que se dá a ruptura do pacto colonial para entender que, se bem El Salvador deixou de ser colônia da metrópole espanhola, a descolonização em sua totalidade nunca se concretizou. Este caráter de ausência ou

congelamento da descolonização, como chamado por Florestan Fernandes, da origem a uma formação nacional cujas classes dominantes nunca tiveram o interesse em ampliar os benefícios da acumulação de capital para as maiorias populares, preferindo historicamente a alternativa de se associar com o capital estrangeiro permitindo assim submeter o país ao jugo de um desenvolvimento desigual sob os impulsos do exterior. Assim, existe em El Salvador e em toda América Latina uma dupla articulação que se compõe da dependência frente às potências estrangeiras de turno ao longo de toda sua história e de um sistema social de segregação e exclusão das grandes maiorias. Neste capítulo se analisaram todos os desdobramentos políticos, econômicos e sociais em função desta dupla articulação e da formação nacional salvadorenha ao longo da vida republicana do país até o limiar da crise do regime oligárquico, do desenvolvimentismo e do mercado comum centroamericano, preâmbulos do conflito que significaria o fim da hegemonia oligárquica tradicional e contraditoriamente a dissolução do modo de vida das comunidades camponesas. Efetivamente, o desenvolvimento desigual de El Salvador e de todos os países da região centro-americana responde à constante renovação da dependência que enceta a combinação de estruturas do passado - formas de trabalho pré-capitalistas - com os impulsos modernizantes do capital estrangeiro impedindo a integração nacional através de um processo cada vez mais acirrado de extração de mais-valia que é remetida ao exterior, colocando ao descoberto a incompletude da descolonização.

No segundo capítulo faço uma caracterização do departamento de Morazán em El Salvador e de suas comunidades ao norte no contexto de El Salvador dos anos 60. Muitas pessoas que conheci ao longo do meu trabalho me perguntaram os motivos pelos quais escolhi Morazán e não posso dar uma resposta adequada senão reconheço que foi Morazán que me escolheu. Apresentando o marco teórico da presente pesquisa em 2012 em um congresso organizado pela Universidade de El Salvador sobre o XX aniversário dos Acordos de Paz e seus impactos e desdobramentos na sociedade salvadorenha, me deparei com um amigo que pertenceu ao *Ejército Revolucionário del Pueblo*. Ele tivera um contato muito estreito com as comunidades do norte de Morazán e ao mesmo tempo em que eu estava à procura de uma localidade para fazer meu trabalho de campo, ele também procurava alguém para escrever um livro sobre a região.

O norte do departamento de Morazán no oriente de El Salvador fora uma região muito isolada e abandonada ao longo de todo o século XX pelos governos militares em termos de vias de transporte e infra-estrutura por se tratar de uma área montanhosa de difícil acesso cujas terras foram desconsideradas pela oligarquia agro-exportadora que preferia manter seus cultivos de café no ocidente do país e de algodão e cana de açúcar nas planícies litorâneas.

Morazán se tornou o bastião do *Ejército Revolucionario del Pueblo* que desde os inícios da década de 70 travou contato com as comunidades eclesiais de base que abriram passo para organizações populares com um importante caráter auto-organizativo. Antes de começar a contar a história das comunidades, faço uma caracterização da estrutura sócio-econômica, - eminentemente mini-fundiária - e do modo de vida camponês nos anos prévios a guerra. Através do depoimento de algumas mulheres reconstruo as condições de vida da população em geral e das mulheres em particular. Tento explorar também algumas das características das comunidades que permitiram que Morazán se convertesse em um epicentro da organização popular, motivo pelo qual foi objeto de massacres perpetradas pela ditadura civil-militar sob comando da oligarquia e dos Estados Unidos. Uma grande dívida desta pesquisa é o aprofundamento do conhecimento da cultura e tradições Lenças desta região, uma etnia diferente em termos lingüísticos e culturais das etnias que se estabeleceram no centro de San Salvador perto da capital, mais próximas da cultura maia mesoamericana.

Antes de passar à formação das comunidades de base faço um breve histórico sobre a configuração do *Ejército Revolucionario del Pueblo* em San Salvador e os fatos históricos da década de 70 que levaram ao surgimento dos núcleos armados, com especial atenção à conformação do movimento progressista da Igreja Católica no bojo do Concílio Vaticano II e os Conferencia Episcopal de Medellín. Sobre as comunidades eclesiais de base destaco que se em um primeiro momento sua estrutura não permitiu uma participação mais direta da mulher, a qual ficou tradicionalmente relegada á esfera da reprodução, sobretudo nos processos dos cultivos coletivos que se desenvolveram em todo o norte de Morazán, pelo menos o principio religioso de igualdade de todos perante Deus permitiu uma critica moral à situação de opressão da mulher.

As práticas solidárias de produção e distribuição de alimentos semelhantes ao comunismo primitivo que se desenvolveram em seu interior não passaram despercebidas pela ditadura civil-militar, tornando-se as comunidades objeto dos mais sanguinários massacres

perpetrados com o financiamento e a assessoria norte-americanos. Encontramos no norte de Morazán uma combinação de correntes ideológicas que chegaram através dos padres progressistas da Igreja Católica inspirados na Teologia da Libertação e das ideologias levadas pelos núcleos de guerrilheiros urbanos de tendência social cristã e marxista.

É importante salientar que a experiência de Morazán não é única em El Salvador visto que existiram outras experiências organizativas similares ao longo de toda a região norte de El Salvador em departamentos com características socioeconômicas e geográficas similares como é o caso de Chalatenango e Cuscatlán, onde também houve presença guerrilheira e da Igreja Popular.

No capítulo 3 passo a discutir a década de 80 em que se instaura a guerra. Neste período se consolida o exército guerrilheiro a partir dos comitês militares nascidos ao interior das comunidades de base. A partir da repressão brutal na região norte de Morazán, dois processos se desdobraram em começos da década de 80: a inevitável organização de homens e mulheres em uma força militar guerrilheira, encorpada pelas comunidades eclesiais de base e por alguns membros das *Ligas Populares - 28 de Febrero*, frente de massa do *Ejército Revolucionario del Pueblo*, que tivera uma intensa atividade de protestos e marchas na capital de San Salvador na década de setenta; e o outro processo trata do exílio de dezenas de milhares de pessoas em direção ao município de Colomoncagua, no vizinho país Honduras, em sua maioria mulheres, anciãos, anciãs e crianças que se estabeleceram em um acampamento no qual se refugiaram durante dez anos de guerra se tornando uma importante fonte de abastecimento para o ERP. A divisão do trabalho tradicional determinará quem fica na guerrilha e quem vai para o acampamento: escassas são as mulheres chamadas a se incorporar à guerrilha, sobretudo aquelas que iniciaram suas atividades a partir das comunidades de base, e um grande contingente de mulheres irá para o exílio em Colomoncagua, em função do cuidado dos filhos. Este capítulo narra, através das mesmas combatentes as dificuldades das mulheres ao interior da estrutura militar guerrilheira, a divisão de trabalho imperante e a opressão do sistema do patriarcado, especialmente durante os câmbios organizacionais da guerrilha, bem como as possibilidades das mulheres se identificaram como um grupo com demandas específicas. A segunda parte do capítulo narra o acontecido com as mulheres que foram para o acampamento em Colomoncagua, o processo de auto-organização vivido em função da resolução das necessidades imediatas e a reconstrução da comunidade em condições hostis, sus tensões com

os soldados hondurenhos e com as agências internacionais da ajuda humanitária. Neste processo as mulheres foram ganhando mais espaço na vida pública e política do acampamento, ascedendo a cargos importantes na coordenação das atividades e pondo em marcha programas que as libertaram para outros afazeres que não os domésticos, como por exemplo, a criação de estruturas para o cuidado comum das crianças. Na experiência do acampamento, elas puderam participar nos processos produtivos, de distribuição e de consumo e fazer algumas reivindicações aos homens.

No Capítulo 4 realizo uma avaliação das reestruturações econômicas e político-institucionais neoliberais iniciadas antes do fim da guerra e concretizadas no período de pós-guerra para caracterizar as novas formas de dominação e dependência que expressam a crise estrutural do capital em El Salvador, suas consequências para o país e para a classe trabalhadora salvadorenha. No capítulo se encontra um breve relato do período de pós-guerra das características da implantação das contrarreformas neoliberais, começando pelos programas de ajuste estrutural da década de 90 e depois, na primeira década de 2000 descrevo toda a fase de implementação dos tratados de livre comércio em especial o assinado com Estados Unidos e seu significado para todo o país e para as comunidades do norte de Morazán. A abertura total do país aos produtos importados dos Estados Unidos, a desarticulação das comunidades camponesas pelas contrarreformas neoliberais de abandono do setor e o não cumprimento dos aspectos socioeconômicos dos Acordos de Paz, truncaram o que se previa fosse uma transição rumo a democracia. O pós-guerra resultou ser um dos períodos com mais efeitos negativos sobre as grandes maiorias populares e em especial sobre as mulheres. Neste capítulo, as mulheres combatentes e colaboradoras narram o retorno à normalidade e as dificuldades que encontraram pelas condições da contra-revolução que triunfava naquele momento.

Finalmente, é importante destacar que o ferramental teórico utilizado no trabalho de campo para recolher, analisar e articular os depoimentos foi a História Oral. Nos capítulos 2, 3 e 4 faço uma análise das lembranças individuais das mulheres e a partir delas elaboro uma reconstrução da memória coletiva costurando esses fragmentos e vinculando-os com dados obtidos através de outras fontes. Os depoimentos permitem trazer à luz as duras condições de discriminação e de opressão que as mulheres guerrilheiras sofreram durante a guerra, bem como as dificuldades das mulheres colaboradoras do acampamento, as tensões e conflitos. Há

alguns depoimentos de homens para complementar o ponto de vista das mulheres posto que não me baseio em teorias feministas que essencializam a mulher como uma melhor contadora de histórias pela sua 'ínata' sensibilidade. A premissa básica do presente trabalho é que as mulheres possuem uma história diferente que contar devido a sua posição duplamente subordinada ao interior da sociedade de classes e do sistema do patriarcado e não foram levadas em conta porque seu ponto de vista seja melhor ou mais importante que o dos homens. Para manter a fidelidade do depoimento resolvi não traduzi-los ao português e fazer algumas alterações da ortografia e da gramática da língua castelhana para indicar o sotaque típico da região. Todas as mulheres são oriundas dos municípios do norte de Morazán, de origem camponesa, algumas com mais possibilidades materiais que outras, mas de forma geral todas nascidas em famílias de mini-fundiários e jornaleiros dedicados à agricultura. Suas idades oscilam entre os 50 e 60 anos, sobretudo aquelas que iniciaram sua participação nas comunidades de base e outras estão entre os 40 aos 50 anos de idade, que foi o grupo que entrou com 12 anos na guerra (ver anexo A).

O caráter essencial desta pesquisa é a transmissão das palavras e os sentimentos das pessoas comuns que se incorporaram ao projeto coletivo, escassa atenção se deu às suas vidas. A partir do seu depoimento foi possível trazer à luz histórias diferentes e vinculadas às dificuldades da cotidianidade guerrilheira e do acampamento. Trata-se de histórias com uma dimensão humana às vezes tão enriquecedora ou mais que os inúmeros livros escritos sobre vitórias militares da Frente Farabundo Martí que pouco têm acrescentado à compreensão do processo revolucionário salvadorenho.

Conclusão

Os ecos de tais levantes históricos fundamentais continuam a reverberar pelos séculos afora; na verdade, mais reverberam quanto mais tempo se evitar o exame de suas contradições intrínsecas no decorrer da prática social e política subsequente.
(István Mészáros)

A revolução salvadorenha abriu as portas para uma série de desdobramentos no período de pós-guerra cujo legado histórico é contraditório e deve ser avaliado no marco dos acontecimentos econômicos, políticos e sociais do entorno mundial nos últimos 30 anos do século XX. Os antecedentes históricos prévios à década de 70, momento em que se intensifica o levante popular e surgem os primeiros núcleos armados, se caracterizam por uma articulação dependente e subordinada do país ao mercado mundial dominado pelas nações capitalistas avançadas. A partir dessa subordinação se consolida um sistema de segregação social que se reproduz constantemente por meio da marginalização de amplos setores da população condenando-os a ser mera força de trabalho super-explorada. Esta dupla articulação, como chamada por Florestan Fernandes, de dependência e segregação social se torna a marca característica da formação social salvadorenha e está profundamente imbuída da sua origem colonial. O significado profundo desta situação é que apesar da ruptura com a metrópole, o sentido da colonização se manteve ao longo dos séculos nas relações sociais e nas formas de organização da economia, harmonizando o moderno e o atrasado em função de interesses internos e estrangeiros.

A 'modernização' de El Salvador acontece deixando intactas as estruturas sociais e econômicas que possibilitam a continuidade da hegemonia oligárquica tradicional, muito apesar do surgimento de novos setores sociais com o processo de industrialização em meados do século passado. Trata-se de uma modernização incompleta que mantém uma estrutura agrária com padrões de subjugação e exploração do trabalho que prevalecem ao longo de todo o século XX. A combinação de formas modernas de produção com relações de trabalho pré-capitalistas possibilitaram durante muito tempo a reprodução do modo de vida camponês, mesmo que isto se traduzisse em uma forma de vida no limite da sobrevivência.

O final da década de 60 é um momento chave para a compreensão do fim do regime oligárquico, sem que por isso se completasse a descolonização. Internamente se dá o esgotamento da incipiente e hipertardia industrialização impulsionada no marco do modelo

desenvolvimentista. Por outro lado, com a modernização e diversificação agrícolas dos monocultivos para exportação aumentam a concentração de terras e a exclusão de camponeses que se veem sujeitos a um novo ciclo de desemprego e fome. O regime entra em crise em sua totalidade e junto com ele o modo de vida camponês, pois as mínimas possibilidades de sobrevivência que permitia também entram em decadência. A resposta das elites, antidemocráticas e excludentes, foi o aumento da violência institucional através do Estado autocrático militarizado, uma constante ao longo do século XX, para conter a agitação popular que aumenta de maneira acelerada.

No plano regional acaba o Mercado Comum Centro-americano e no plano mundial é o fim do modelo fordista-keynesiano e o estado de bem-estar social com a subsequente instauração da crise estrutural do capital nos países de capitalismo central na década de 70. Nesses anos, enquanto que nos países ocidentais acontecia a derrota das forças sociais e políticas da classe trabalhadora mediante o domínio do capital financeiro, a reestruturação produtiva e as políticas de corte neoliberal, em El Salvador se vive o crescimento e o ápice do movimento popular e o surgimento das organizações político-militares.

A passagem da década de 70 para a década de 80 está marcada pela crise da hegemonia da oligarquia cafeeira tradicional, o que significou o recrudescimento da repressão e o aumento dos torturados, desaparecidos e assassinados. As frentes de massa e o movimento popular viram-se obrigados a cair na clandestinidade e a engrossar as fileiras das organizações político-militares. Enquanto Margaret Thatcher e Ronald Reagan se constituíam como os arautos do neoliberalismo mundial, a FMLN se consolidava como uma organização guerrilheira que reivindicava o socialismo. Uma vez iniciado o conflito armado, o que predominou durante 12 anos foi o elemento militar sobre as esferas econômica, política e social.

Na primeira metade da década de 1980 a guerrilha impõe várias derrotas aos militares e consegue manter sob seu controle vários territórios do norte de El Salvador contando com o apoio das populações locais e os acampamentos de refugiados em Honduras que se formaram para abrigar as pessoas que fugiam dos massacres perpetrados pelo exército. Perante a escalada da ofensiva guerrilheira e um possível triunfo militar similar ao nicaraguense, a intervenção norte-americana se intensifica e as forças armadas salvadorenhas recebem assessoria e financiamento com o objetivo de derrotar a FMLN. Isto produziu o acirramento da guerra e em 1985 um forte desgaste das forças guerrilheiras e das forças armadas junto com a colossal

destruição da infraestrutura do país era evidente, sem contar as vidas que o conflito armado foi cobrando e que no final de 12 anos totalizaram 75.000.

O ano de 1989 foi crucial para El Salvador: chega ao executivo um novo grupo de poder, que oriundo da oligarquia tradicional e sem abandonar o setor agroexportador, dedicava-se predominantemente a atividades especulativas no setor financeiro. Neste mesmo ano, a guerrilha fizera uma proposta de negociação da paz, mas fora rejeitada pelo governo de ARENA, partido que aglutinava antigos setores da oligarquia tradicional e a nova oligarquia financeira. Perante a negativa de sentar à mesa de negociações, a FMLN lança uma ofensiva final para a tomada de poder. A partir deste momento fica evidente que nenhuma das duas forças tinha a capacidade de chegar a um triunfo militar razão pela qual o governo de ARENA e a comandância guerrilheira finalmente começam as negociações mediadas pela ONU. Concomitantemente a ARENA começa a implementar a reestruturação neoliberal para favorecimento do capital financeiro nacional e internacional. O pano de fundo é o desmoronamento do socialismo realmente existente e a consolidação do neoliberalismo e suas ideologias apologéticas e eternizantes do sistema do capital.

Em 1992 se firmam os Acordos de Paz, um evento que seria proclamado como um pacto social que estabeleceria as bases para o início de uma transição democrática rumo à construção do Estado de Direito zelador da justiça social. Contudo, a chamada 'transição' ou 'abertura democrática' em El Salvador se tornara um mito ao longo de mais de duas décadas de neoliberalismo. No marco dos Acordos de Paz os aspectos socioeconômicos estruturais foram escassamente tratados pelas cúpulas negociadoras do governo e do movimento guerrilheiro.

Apesar de cessarem as atividades dos aparelhos estatais repressores que eliminavam indiscriminadamente a população por motivações políticas, a violência generalizou-se de maneira brutal na cotidianidade dos salvadorenhos. Nestas circunstâncias a própria vida é diariamente negada a amplos setores da classe trabalhadora em geral e isto se reflete também na expulsão constante e massiva de seres humanos pelo desemprego crônico que assola o país desde os anos 70 e se acirra nos anos noventa com as reestruturações neoliberais incidindo de maneira brutal nas mulheres.

Não podia ser de outra maneira perante os fatores que sobredeterminaram o processo e que continuam a reproduzir a histórica exclusão econômica e social das classes populares gerando novas formas de violência. A análise da formação social salvadorenha é essencial para

entender a natureza das negociações até chegar aos Acordos de Paz, um ato político em aparência, mas cujas determinações mais profundas eram essencialmente econômicas e respondiam aos interesses da emergente classe dominante e seus sócios do exterior.

Os Acordos de Paz se tornaram um eficiente instrumento de legitimação da ordem burguesa neoliberal a nível nacional e regional. O governo norte-americano, que assessorou e financiou a ditadura civil-militar durante a guerra, precisava estabilizar a região centro-americana para favorecer a acumulação capitalista perante um contexto marcado pela queda vertiginosa das taxas de lucro a nível mundial. A nova oligarquia financeira salvadorenha, à imagem e semelhança das classes dominantes tradicionais, foi relutante em romper com as vantagens que a sociedade com o capital estrangeiro traria para sua própria acumulação econômica e perpetuação dos seus superprivilégios políticos e sociais. Estes foram mantidos historicamente pela oligarquia tradicional através das mais variadas e abusivas formas de exploração e exclusão dos trabalhadores e camponeses e a nova forma de hegemonia oligárquica não seria diferente, muito menos ante um novo padrão de dependência vindo do exterior impregnado de um forte anti-sindicalismo e redução dos direitos trabalhistas. Com as contrarreformas neoliberais esta elite viu novas oportunidades de expandir seus negócios e adotou a via fácil congelando a descolonização, abrindo caminho para um processo de reversão colonial.

Um exame rigoroso destas determinações ainda não se realizou à luz de uma perspectiva anticapitalista que aponte para uma sociedade alternativa através da qual se procure extirpar radicalmente os processos que dão origem à desigualdade social e se instaure um complexo inteiramente novo de relações sociais. Uma profunda ruptura com o sistema sociometabólico do capital e suas mediações de segunda ordem, ou seja, os meios alienados de produção e suas personificações, implicaria necessariamente a construção de uma sociabilidade oposta àquela característica de uma sociedade de classes, portanto todo e qualquer processo de cambio deve ser avaliado em função das suas limitações e potencialidades para gerar a descontinuidade das mediações de segunda ordem, reprodutoras de formas alienadas de relação social e constitutivas do sistema sociometabólico do capital – a forma histórica mais acabada de uma sociedade de classes.

Uma das mediações de segunda ordem do sistema do capital é a família nuclear em cujo interior se reproduzem formas alienadas de relação entre homens e mulheres. Apesar de

que Marx não estudara a opressão da mulher tão exaustivamente quanto a exploração do trabalho - que seria a forma mais geral de expressão da alienação - e não atribuía um caráter revolucionário à causa das mulheres assim como à dos trabalhadores, ele faz algumas aproximações sobre a situação delas. Rowbotham (1974) confirma que não há um conceito marxiano de mulher como agente revolucionário, ela apenas aparece como indicação do estado em que a sociedade se encontra, não como indivíduo pertencente a um grupo social em movimento desenvolvendo consciência na história. Contudo, Marx não nega os benefícios do comunismo às mulheres e enfatiza a impossibilidade de uma sociedade comunista sem uma transformação das relações entre homens e mulheres. Há uma “conexão da emancipação das mulheres com o desenvolvimento histórico geral da sociedade” (ROWBOTHAM, 1974:62). Mas a ação das mulheres em função das suas demandas específicas não se configura na teoria marxiana como uma parte essencial do processo. Na Ideologia Alemã há uma elaboração concreta para o estudo da situação da mulher e da esfera da reprodução:

Com a divisão do trabalho no qual todas essas contradições estão dadas e que, por sua vez, se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas, umas às outras, estão dadas ao mesmo tempo a distribuição e, mais precisamente, a distribuição *desigual*, tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e de seus produtos; por tanto, está dada a propriedade, que já tem seu embrião, sua primeira forma, na família, onde a mulher e os filhos são escravos do homem. A escravidão na família, ainda latente e rústica, é a primeira propriedade, que aqui, diga-se de passagem, corresponde já à definição dos economistas modernos, segundo a qual a propriedade é o poder de dispor da força de trabalho alheia. Além do mais, divisão de trabalho e propriedade privada são expressões idênticas – numa é dito com relação à própria atividade aquilo que, noutra, é dito com relação ao produto da atividade (MARX, 2007:36-7).

Neste trecho Marx dá algumas pistas sobre como a relação alienada entre seres humanos, vinculada à propriedade privada e à divisão de trabalho - em outras palavras, à forma como a propriedade é apropriada e às relações sociais que surgem deste tipo de apropriação - está em estreita conexão com a subordinação da mulher ao interior do núcleo familiar tornando-se, um dos primeiros tipos de propriedade da qual o homem dispõe como força de trabalho. É possível afirmar que as relações sociais na esfera da reprodução são tão importantes para a compreensão histórica da condição humana quanto o estudo das relações sociais na produção. Marx dedicou a maior parte dos seus esforços a desentranhar a lógica do

capital e as relações de produção e muitos marxistas seguiram esse caminho. No entanto Engels retoma estas idéias e as amplia em *Origem da família, da propriedade privada e o Estado*:

De acordo com a concepção materialista, o momento determinante da história é, em última instância, a produção e a reprodução (*Reproduktion*) da vida imediata. Todavia ela própria possui duas facetas: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, vestuário, habitação e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado a produção do homem mesmo, a reprodução (*Fortpflanzung*) do gênero (ENGELS, 18:2010).

A compreensão da interação entre os meios de produção e os meios de reprodução, a sua relação com a posição da mulher respeito ao do homem têm que ser levadas em conta para se compreender as mudanças na organização da sociedade. Retomando estas afirmações, Mézáros (2011:180) entende que a família nuclear configura uma mediação de segunda ordem visto que é a reprodutora das relações necessárias à manutenção do sistema sociometabólico do capital. Quanto à questão da família nuclear, Mézáros observa que as mulheres:

devem ser excluídas do verdadeiro poder de decisão por causa do seu papel decisivo na reprodução da família, que terá de se alinhar com os imperativos absolutos e os ditames autoritários do capital. E isto deve acontecer porque a família, por sua vez, ocupa uma posição de importância essencial na reprodução do próprio sistema do capital: ela é seu “microcosmo” insubstituível de reprodução e consumo. Da mesma maneira é inconcebível a ideia de que o trabalho venha a adquirir igualdade significativa [...] (MÉSZÁROS, 2011: 278).

Outras mediações de segunda ordem são a propriedade privada dos meios de produção alienados e suas personificações, o dinheiro, os objetivos fetichistas de produção, ou seja, a produção de mercadorias em detrimento da produção para a satisfação de necessidades humanas, o trabalho assalariado e explorado, o Estado capitalista e a estrutura hierarquizada do mercado mundial.

Estes parâmetros fornecem um marco para avaliarmos as severas limitações da “transição rumo à democracia” pregada pelas classes dominantes e o imperialismo no fim da guerra e entender a impossibilidade de se atingir uma garantia real e substantiva dos direitos humanos em El Salvador. Estes se transformaram no eixo central do discurso propalado pelas organizações internacionais que mediarão as negociações e pelas cúpulas das classes dominantes e do movimento guerrilheiro. A universalização dos direitos humanos e sua constante reivindicação não é um problema *per se*, no entanto, se as bases materiais e as relações sociais que os impossibilitam para as grandes majorias não são questionadas e

prevalecem, os clamores por uma democracia baseada no seu respeito irrestrito não vão além de retóricas vazias e cínicas cujo objetivo é reafirmar o sistema opressor vigente, enquanto as necessidades mais básicas de sobrevivência continuam a serem negadas para a maioria dos salvadorenhos em especial para um grande contingente de mulheres.

O atual acirramento da desigualdade social e da desigualdade entre homens e mulheres em El Salvador mostra que as alternativas oferecidas pelo capital, sejam estas a “transição democrática” e o “respeito irrestrito dos direitos humanos”, tidos como produtos do fortalecimento e modernização do Estado e do sistema parlamentar, são uma mera ilusão quando o que está na ordem do dia é a continuidade e potencialização das mediações de segunda ordem em função da concentração de riqueza e poder em mãos de um reduzido núcleo das classes dominantes e seus pares estrangeiros atuantes no país.

Torres-Rivas (1995:26) chama a atenção para o fato de que se a democratização eleitoral enfraqueceu os mecanismos tradicionais de dominação da oligarquia, também abriu passo para um agravado processo de descampesinização e aumento da pobreza estrutural resultado de uma abrupta e vertical concentração de riqueza cujos beneficiários diretos são os donos do capital financeiro, nacional e estrangeiro.

Para atingir a “meta de uma verdadeira transformação socialista” sem perigo de reversão do processo, é importante atacar todo o conjunto das mediações de segunda ordem poderosamente interconectadas e capazes de se potencializar reciprocamente. Ou seja, “Baseada na dolorosa evidência histórica, surge a verdade desconcertante: através das interconexões estruturais das partes que o constituem, o sistema do capital consegue se impor sobre os esforços emancipadores parciais que visam alvos específicos limitados” (MÉSZÁROS, 2011:181).

Um outro fator pertinente à formação social salvadorenha, escassamente explorado para explicar a “falta de concreção” ou incompletude dos Acordos de Paz é o exame do movimento popular e do movimento guerrilheiro para além do plano militar e do seu desenvolvimento como um exército com capacidade de se contrapor às forças armadas. Mais do que uma avaliação das condições objetivas que a guerrilha teve para atingir o poder, se torna imprescindível um exame da sua estrutura organizacional e das práticas desenvolvidas tendentes, ou não, à eliminação da desigualdade de classe e de gênero em seu interior.

Certamente a experiência das comunidades do norte de Morazán é extremamente rica nos três âmbitos que foram aqui descritos: as comunidades eclesiais de base, o exército guerrilheiro e o acampamento de Colomoncagua. Cada uma delas representou um momento histórico em função do qual se deram mudanças nas estruturas organizacionais onde a mulher teve um papel importante na resistência e na luta contra a pobreza e a repressão, bem como a oportunidade, em graus variados, de tomar consciência como um grupo com demandas específicas. Nesse sentido, o período de pós-guerra também apresenta um quarto momento do processo histórico concreto das mulheres caracterizado pela falta de resistência organizada, e estruturas menos combativas, que joga as mulheres em vários caminhos, sem que por isso elas deixem de ser lutadoras em suas estratégias pela sobrevivência.

A experiência das comunidades eclesiais de base apresenta em seus inícios, práticas solidárias de produção e distribuição de alimentos tendentes ao que Mariátegui chamaria 'elementos de socialismo prático'¹. Trata-se dos hábitos de cooperação baseados nos estreitos laços de parentesco existentes em alguns setores das comunidades do norte de Morazán, onde muito antes da chegada dos padres que impulsionaram a Teologia da Libertação na região e o aparecimento de catequistas dos centros de formação camponesa que a Igreja Católica progressista mantivera, já existia a chamada 'troca', que consistia no intercâmbio de trabalho na roça entre vizinhos. O fator religioso potencializará estes hábitos cooperativos e tornará a troca individualizada do trabalho do campo em uma experiência coletiva, como atestam os mutirões realizados pelos camponeses nos cultivos comunitários. A propriedade privada não fora superada neste âmbito porque apesar de que a produção era coletiva foram os camponeses com mais terrenos que cederam caridosamente uma parcela de terra para a atividade agrícola coletiva.

A participação nas comunidades de base também possibilitou a geração de uma mística através da qual cada membro da organização se responsabilizava por seus atos de maneira consciente. Tratando do conceito segundo Mariátegui, Michel Löwy (2005) salienta que se a mística tem raízes na religiosidade, ela pode ter um significado mais amplo sinalizando a

¹ Os elementos de socialismo prático é um conceito extraído da prolífica obra de José Carlos Mariátegui, *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana* e designam, "a realidade atuante da comunidade camponesa-indígena e dos seus históricos laços sociais, seus hábitos de cooperação e seus modos de se relacionar os seres humanos entre si e com a natureza" (MAZZEO, 2008:64). Mariátegui resgata o 'comunismo agrário' do *ayllu*, célula do estado Inca, em cujo interior persistiram relações sociais com "princípios de reciprocidade e redistribuição das riquezas e os hábitos de cooperação [...] vigentes hoje em Nossa América" (MAZZEO, 2008:96).

dimensão espiritual e ética do socialismo, a fé no combate revolucionário, o compromisso total pela causa emancipadora e uma disposição heróica para arriscar a própria vida. Um dos aspectos que com maior frequência foi mencionado nos relatos recolhidos sobre as CEB foi este senso de compromisso que levava as pessoas a se envolver, a se responsabilizar firmemente pelas tarefas assinadas pela organização e, sobretudo a se comprometer a dar a própria vida pelo bem-estar dos outros.

Muito da experiência auto-organizativa das comunidades no norte de Morazán pode ser explicada através da mística de compromisso proporcionada pela religião e pelos laços de parentesco. Uma organização onde não faltaram as lideranças, mas que apresentou traços mais horizontais e igualitários de participação que a estrutura guerrilheira. A superação do papel subordinado das mulheres não foi causa abraçada pelas CEB, onde tiveram acesso escasso às posições de liderança e à formação dada pelos centros camponeses. E, definitivamente, a rígida divisão do trabalho no campo não permitiu que as mulheres participassem na produção, muito menos tomassem decisões sobre esta, ficando relegadas às atividades de apoio na esfera da reprodução, a despeito do discurso religioso da igualdade de todos perante Deus.

Com o aumento da repressão e as atividades clandestinas, as mulheres tiveram que assumir cada vez mais tarefas e suas responsabilidades se equipararam àquelas dos homens. Os comitês militares, organizações clandestinas constituídas pelo ERP ao interior das CEB e as LP-28, permitiram a muitas delas superar o controle tradicional da família e se transformaram em um espaço onde puderam ganhar uma certa autonomia e demonstrar suas capacidades.

O lento processo de construção do poder popular se vê interrompido com os frequentes massacres de começos da década de 80 e, diante disso, as mulheres seguem quatro alternativas: a maior parte delas vai para Colomoncagua, poucas ficam na frente de guerra, outras seguem os caminhos da imigração interna e a muitas lhe restou a morte. A experiência no frente de guerra foi a que ofereceu menos possibilidades de avanço na afirmação da igualdade substantiva da mulher em relação aos homens. Certamente a mulher com uma arma na mão, fazendo frente aos mesmos perigos que um homem - e em muitos casos superando-o no grau de coragem e questionando o mito da inferioridade física - é um momento de igualdade importante no qual ela toma consciência do seu papel e sua importância para a organização ganhando certo respeito e admiração dos homens. No entanto, a camaradagem dos homens com os termos exigidos para a emancipação feminina é questionável perante a

rigidez da hierarquia militar em um contexto de guerra. É no interior da estrutura militar onde a mulher se depara com o patriarcado mais extremo e com as maiores limitantes para sua tomada de consciência individual e de grupo. A estrutura compartimentada, vertical e clandestina impediu qualquer possibilidade de organização da mulher como grupo que, em muitos casos, teve que enfrentar não só a barbárie da guerra, mas também o sarcasmo dos camaradas. Não resta dúvida que as combatentes grávidas, punidas e desmoralizadas por engravidar, induzidas ao aborto, - nestes casos é importante lembrar o peso moral e a angústia psicológica que muitas sofreram pela sua formação religiosa -, as jovens que sofreram assédio sexual por parte dos seus superiores e as mulheres cozinheiras desarmadas foram as que mais levaram o peso da guerra e estiveram expostas à sua selvageria.

Definitivamente a experiência da guerrilha não aponta, quando se analisa a situação da mulher no interior da sua estrutura organizativa, para uma sociabilidade alternativa a partir da qual seja possível a construção de uma nova sociedade que supere a ordem burguesa. Isto sem contar as diferenças de classe na hierarquia militar onde os altos postos da comandância do ERP estiveram ocupados por algumas mulheres, a maioria pertencente as camadas médias urbanas. Dificilmente uma combatente de origem camponesa poderia ascender tão alto na organização. No final da guerra essa grave situação ficou evidente com maior força na hora da repartição dos postos de trabalho e dos recursos da cooperação internacional para a desmobilização. Florestan Fernandes dá algumas pistas para o entendimento dessa questão:

A democracia não é um valor supremo ou um fim maior. Ela também é um meio essencial; e, no caso das rebeliões dos destituídos e oprimidos, um meio essencial *sine qua non*: a ordem capitalista não é negada somente depois da conquista do poder. O deslocamento da supremacia burguesa e a necessidade da conquista do poder exigem uma democratização prévia, extensa e profunda, de *natureza proletária*, das organizações operárias de autodefesa e ataque (FERNANDES, 2000:89-90).

Não são somente as combatentes na frente de guerra que pegaram em armas senão também as mulheres na retaguarda do acampamento que vão se somar a um empreendimento coletivo. De fato, a situação mais radical não é a mulher com uma arma na mão e sim a experiência da mulher na produção, como dirigente coordenando os processos produtivos, distributivos e de consumo da sua comunidade, a que realmente aponta para mudanças mais profundas tendentes à construção da igualdade substantiva entre homens e mulheres.

O refúgio em Colomoncagua pode ser considerado uma espécie de laboratório pelas condições em que a comunidade se desenvolveu: ficou relativamente isolada por um cerco militar e foi assistida pela cooperação internacional que forneceu toda a alimentação e o material necessário para a subsistência e início aos processos produtivos. O momento é importante porque com todas estas limitantes, a experiência mostra como a partir da resolução prática das necessidades mais imediatas, permeada por alguns 'elementos de socialismo prático', como a cooperação e auto-organização no processo de alfabetização e aprendizado, os mutirões de jovens, a auto-organização da comunidade mesma para tomar conta da saúde do acampamento, (o que fica evidente com as constantes tensões com os funcionários da ACNUR e com os Médicos Sem Fronteiras) se gera a lenta construção de um projeto emancipatório com fortes tendências a ser pré-figurativo de uma sociedade alternativa ao sistema sociometabólico do capital.

Por muito artificialmente que fora a supressão de algumas poucas mediações de segunda ordem dentro do acampamento – como, por exemplo, a propriedade privada dos meios de produção, a produção de valores de troca, o dinheiro, o trabalho assalariado e explorado - a comunidade teve a oportunidade de viver a experiência de construir relações sociais diferenciadas, agindo e resolvendo os problemas práticos de forma coletiva.

Ao longo do tempo, a tomada de decisões e as ações coletivas vão dar origem a atividades e espaços que prefiguravam muito o conteúdo programático do movimento feminista socialista: autonomia e segurança material das mulheres, responsabilidade comum das crianças, suporte social à gravidez, direito ao trabalho. Não se tratava mais de uma condenação ou crítica moral à falta de oportunidades e igualdade da mulher, como no caso das CEB. As mulheres foram capazes de expressar suas demandas e criar estruturas organizativas dentro do acampamento para serem liberadas das tarefas na esfera da reprodução e, com isso, poderem participar dos processos produtivos e decisórios da comunidade como um todo. Enquanto grupo, exigiram que os homens participassem também das tarefas reprodutivas e se não conseguiram mudar radicalmente as atitudes deles, pelo menos uma geração de jovens cresceu no âmbito dessa experiência. Esta experiência vivida pelas mulheres decididamente começava a deixar de reproduzir as relações de poder típicas do patriarcado e do capital e por muito específica que seja, é paradigmática e revela uma aspiração universal: a possibilidade de relações humanas alternativas ao sistema sociometabólico do capital.

De que maneira essas experiências, positivas em termos de avanço da condição feminina, decorridas em função da guerra impactaram a vida das mulheres ex-combatentes e ex-colaboradoras do norte de Morazán no período que sucede o conflito? Houve alguma continuidade destas práticas, o que implicaria uma melhoria das próprias condições de vida das comunidades populares ou um retrocesso em direção ao restabelecimento da relação patriarcal tradicional?

Muitas organizações não governamentais feministas cuja origem ocorre em meados da década de 80 no âmbito da estratégia de fomento das organizações da sociedade civil por parte da FMLN para criar uma base de apoio social e político, fizeram balanços negativos da experiência das mulheres combatentes e colaboradoras ao interior do movimento guerrilheiro². No período imediato aos Acordos de Paz, Morena Herrera assinala que durante a guerra as mulheres realizaram “tarefas não contempladas na divisão genérica do trabalho em tempos normais e [...] tarefas com um alto conteúdo de especialização genérica” (HERRERA, 1996:10). Segundo essas organizações, as tarefas tradicionalmente femininas, ou seja, aquelas que se espera que uma mulher realize “naturalmente”, se tornaram funcionais à guerra ainda que o reconhecimento pela execução de suas atividades não tenha sido suficiente para atribuir-lhes postos de poder:

A evidente utilidade política dos nossos papéis tradicionais nos fez merecer o reconhecimento coletivo durante a guerra, porém não nos levou a ganhar quotas de poder dentro da FMLN. As mulheres tiveram fortes restrições para aceder a degraus superiores nas hierarquias porque as tarefas políticas e ou militares mais valorizadas eram assinadas maiormente aos homens e as lideranças da FMLN nunca analisaram nem superaram seus prejuízos sexistas em torno à divisão de trabalho entre homens e mulheres (HERRERA, 1996:10).

Clara Murguialday confirma estas afirmações observando que foram unicamente as mulheres combatentes da FMLN a realizar tarefas geralmente adjudicadas aos homens e a respeito das colaboradoras relata que estas saíram da guerra ainda mais femininas e maternais:

a participação feminina no conflito armado – sobretudo a daquelas mulheres que constituíram o grosso da retaguarda popular – esteve regido em grande medida pela lógica de *apoio e cuidado dos outros*. Muitas mulheres foram mobilizadas para prestar serviços domésticos e maternais aos seus familiares

² O fim do conflito armado trouxe a ruptura definitiva destas organizações de mulheres que se configuraram durante a guerra ao interior da FMLN: por considerar não existir um espaço para continuar a batalha no terreno político dentro do partido, muitas ex-combatentes, sobretudo aquelas das camadas médias que detinham um certo capital cultural, encontraram a saída nas organizações não governamentais.

envolvidos na guerra e por extensão, aos *garotos* combatentes. Esse desempenho público dos seus papéis de cuidadoras reforçou a identidade tradicional feminina visto que legitimou e designou utilidade política as suas funções próprias como gênero (MURGUIALDAY, 1995:8-9).

Segundo as feministas não houve um impacto na subjetividade e na sociabilidade das áreas onde a população teve contato e colaborou com o grupo guerrilheiro. Esta realidade se traduziu no pós-guerra no abstencionismo eleitoral das mulheres, que além de confirmar a antiga dependência política e econômica a respeito dos homens, manifesta grande descrença pelo “jogo democrático” eleitoral. Quando a guerra acaba e a luta se traslada para a esfera da institucionalidade política e partidária, as mulheres perdem espaço dentro da FMLN, e, a bem da verdade, a disputa eleitoral não as atrai. O partido “não reivindica seu aporte no passado, [elas] sentem-se esquecidas e desvalorizadas, e expressam seu ressentimento não atendendo ao chamado à participação eleitoral ou votando em contra” (HERRERA, 1995:134).

Além de fazer uma crítica às correntes ideológicas dentro da guerrilha: ao marxismo-leninismo, à teologia da liberação e ao guevarismo, por não romper com o patriarcalismo, as ONGs feministas – que entre 1993 e 1994 atingiram o número de 150 organizações - chegaram à conclusão de que não houve um processo de reinserção favorável para as mulheres, sobretudo para as mulheres camponesas, que apesar de servirem como base social da FMLN, foram esquecidas na mesa de negociações entre guerrilha e governo.

De fato, a nova estrutura organizativa da FMLN como partido político não só não foi suficientemente democrática para dar espaço à mulher nos altos cargos onde as decisões são tomadas, senão que também impossibilitou a continuidade da organização e da construção do poder popular. A questão real não é a impossibilidade de ascensão na nova hierarquia partidária, esta hierarquia representa um problema em si mesmo dada a verticalidade com a qual as decisões são tomadas até o dia de hoje. O problema reside no acomodamento da comandância guerrilheira às exigências da ordem burguesa e a abdicação paulatina de um projeto que se proclamava socialista, mas que na verdade não passava, em seus inícios, do radicalismo burguês.

Este foi progressivamente abandonado em função dos pontos mínimos que cada vez mais se tornaram meras abstrações até chegar à chamada revolução democrática postulada pelo ERP. Na medida em que o programa se torna mais social-democrático ao longo dos anos 80, cresce a militarização organizativa da FMLN, fato que se traduziu no acirramento da barbárie

da guerra para os combatentes e, em especial, para as mulheres. Perante a impossibilidade de um triunfo militar sobre as forças armadas financiadas e assessoradas pelos Estados Unidos, o militarismo respondeu à necessidade de exercer a violência, não mais para a tomada do poder e sim para a incorporação no sistema político e eleitoral burguês.

É importante lembrar também a problemática aliança de classes realizada através da coalizão FMLN-FDR. O FDR reunia as forças social-democratas e social-cristãs às quais, se em um primeiro momento apoiaram as organizações político-militares aglutinadas em torno da FMLN, supostamente mais radicais e revolucionárias, dando mais credibilidade no âmbito internacional ao movimento guerrilheiro, ao longo da década de 80 foram entrando no jogo eleitoral da democracia burguesa restando forças à FMLN.

Por ocasião dos Acordos de Paz, contava-se tão somente com o documento de 1990, *Proclama a la nación. Revolución democrática*, que continha os pontos mínimos dos anteriores programas do movimento guerrilheiro. Esta foi a base sobre a qual se realizaram as negociações com a cúpula governamental comandada pela nova oligarquia financeira. Todavia, a comandância guerrilheira renunciou a muitos pontos desse documento base para as negociações, comemorando sua capacidade de flexibilidade. A reforma agrária radical dos inícios da década de 80 se transforma em um simples programa de distribuição de terras, o PTT, que nunca chegou a ser cumprido em sua totalidade e acabou por ser desarticulado pelas contrarreformas neoliberais na agricultura.

Uma outra questão a ser problematizada é que a análise das organizações feministas dicotomiza a situação das mulheres em dois pólos opostos, por um lado, configurando o pólo positivo, as guerrilheiras que realizaram tarefas não tradicionais a sua condição de gênero, e por outro lado, o pólo negativo, as mulheres colaboradoras que realizam tarefas tradicionalmente femininas. Esta visão dualista da situação das mulheres em sua totalidade não apreende o processo em suas reais dimensões e com certeza dela derivam análises fatalistas que não conseguem vislumbrar as mudanças sócio-culturais e a riqueza de experiências que as mulheres tiveram na guerra com todo e a barbárie que esta significou.

Nesse sentido, é evidente que a equiparação da guerrilheira ao homem pelo simples fato de empunhar as armas e mostrar coragem, foi em função de parâmetros exclusivamente masculinos tendentes a reforçar o machismo e a considerar as mulheres “arrojadas” como uma exceção e não uma característica que a severidade do contexto obrigou tanto a mulheres

quanto a homens a mostrar. Daí só poderia ressurgir a velha igualdade abstrata de onde emana a “falsa admissão” das suas capacidades que não poupou as mulheres das decisões verticais que a hierarquia militar, sobretudo no que diz respeito à questão da maternidade, dos assédios sexuais, e da discriminação das mulheres analfabetas, impôs de forma bárbara.

Por outro lado, a afirmação de que as colaboradoras dos refúgios saíram dos acampamentos ainda mais femininas do que antes da guerra, porque foram mobilizadas em função de objetivos militares e políticos, busca confirmar sua condição subalterna, privando-as da sua qualidade de sujeitos com capacidade de transformação. Não reconhece, portanto, o processo que foi posto em marcha através da auto-organização da comunidade nos refúgios de exilados nem os legados deste para o pós-guerra. Este tipo de análises e os discursos que delas se derivam tem uma função mistificadora e fragmentadora na sociedade salvadorenha porque continuam a explicar os graves problemas sociais e econômicos unicamente através dos efeitos nocivos da guerra e do sistema patriarcal e não tratam das causas mais profundas que os determinam.

Com todos os problemas e as limitações da experiência do acampamento, as conquistas são inegáveis: de grupo heterogêneo, formado por camponeses e camponesas vivendo isoladamente, passou a ser um grupo coeso que se auto-organizou para sua educação, sua saúde e união perante a repressão dos soldados hondurenhos e das exigências dos norte-americanos de afastá-los da fronteira. Aprenderam que a resistência coletiva os fazia mais fortes e que através da organização atingiam seus objetivos, desde os mais imediatos até chegar a se imaginar como uma comunidade com um projeto diferenciado ao resto da sociedade salvadorenha. Um dos lemas do retorno era “Somos a alternativa para o futuro de El Salvador”. Estavam conscientes dos valores solidários e das novas relações sociais que haviam construído ao longo de anos de luta comum e articularam uma comunidade cuja principal característica era a organicidade e o reconhecimento da força da coletividade. Sua ação social não foi impulsionada através de utopias e sim pelas necessidades imediatas que tiveram que resolver. Contudo, em 10 anos de refúgio, construíram sua própria utopia e sonharam com a materialização destes novos valores e de um modo de produção alternativo ao capital, tentando nos primeiros anos do retorno replicar o que aprenderam no exílio. Com todas as dificuldades e a desagregação que posteriormente houve, as relações comunitárias ainda continuam vigentes. Os membros da CSM formam um setor das comunidades do norte de Morazán que

decidiu lutar e por isso hoje em dia estão mais agregados e menos destruídos pelo impacto das políticas neoliberais.

A mudança na subjetividade das mulheres foi outra conquista importante, fato que lhes permite hoje em dia reivindicar e ter maior autonomia perante seus companheiros. Antes da guerra esta situação era impensável devido à rígida divisão sexual de trabalho típica do campo. Essa rigidez que antes era intransponível e inquestionável se tornou porosa e permitiu à mulher, sobretudo as que participaram na guerra como combatentes e colaboradoras, maiores espaços e oportunidades de atuação, maiores possibilidades de participar em política e organizações e ser lideranças em suas comunidades, inclusive permitira a algumas levar adiante empreendimentos produtivos agrícolas como cooperativas que se formaram após a guerra.

Sempre houve um retorno aos padrões do sistema patriarcal com a típica divisão sexual do trabalho ao interior das famílias. As duplas e triplas jornadas continuam a existir em função de que as mulheres têm que assumir as tarefas domésticas e sair para trabalhar pelas extremas dificuldades econômicas às quais estão submetidas pelo novo contexto neoliberal marcado pelo desemprego crônico. A carga mais pesada sempre recai sobre as mulheres e no neoliberalismo a tendência é que elas fiquem cada vez mais pobres. Não poderia ser de outra forma perante o acirramento do desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e o congelamento dos salários mínimos, sem contar o abandono e o desmantelamento do setor agrícola nos últimos 25 anos. A crise estrutural do capital significou a ativação e reforço de todas as hierarquias dentro da sociedade e o patriarcado não é a exceção, por isso, junto com o desemprego crônico, os índices de violência global e especificamente os índices de violência contra as mulheres, vem aumentando.

De forma geral, as mulheres salvadorenhas, camponesas e urbanas, continuam a responder ativamente às exigências de supervivência das suas famílias com trabalhos produtivos dentro e fora de suas casas. Elas continuam a ser fundamentais para assegurar um mínimo de alimentos para suas famílias, sobretudo no campo, visto que “[...] em tempos de crise quando os empregos são escassos e há dificuldades com as tarefas agrícolas, são as mulheres as que criam estratégias novas para enfrentá-las” (QUINTEROS, 1993:321). Continuam a assumir tarefas do âmbito reprodutivo lavando roupa alheia ou se tornando empregadas domésticas, tarefas que se intensificam quanto mais empobrecida a família (QUINTEROS, 1993:322). Vêem-se obrigadas a sair das suas casas para vender sua força de

trabalho, tendo que se enfrentar ainda com condições de desigualdade e desvantagem a respeito dos homens no campo e na cidade. Muitas delas arriscam a própria vida quando emigram, são lutadoras apesar de não ser mais uma luta coletiva e sim um caminho individual.

Se o que impera na sociedade é o controle discriminatório e hierárquico dos processos de reprodução econômica e dos processos de trabalho, isto repercute na unidade básica de reprodução e de consumo: a família.

A subordinação hierárquica e discriminatória das mulheres em relação aos homens está intrinsecamente relacionada à opressão de classe, ou, em outras palavras, à *subordinação do trabalho ao capital*, visto que este último determina e se serve das relações de poder no âmbito da reprodução para seus objetivos de extração da maior quantidade possível de excedente de trabalho, ao mesmo tempo em que perpetua no interior da família o sistema de valores hierárquicos e autoritários que asseguram sua estabilidade.

As seqüelas da guerra impactaram o país enormemente, mas os grandes retrocessos econômicos e sociais, entre eles a falta de melhoria das condições de vida da mulher, que dirá a falta de emancipação e de uma igualdade substantiva, estão intrinsecamente vinculadas ao fato de que as relações de poder material da desigualdade estrutural não foram afetadas significativamente, nem sequer depois de 20 anos de esforços das organizações não governamentais e fundações que surgiram no pós-guerra.

Esses organismos, por seguir a mesma lógica hierárquica do capital não conseguem gerar as transformações requeridas para atingir tais objetivos. Não é estranho que com a legalização e conversão em ONG dos organismos construídos pela CSM ao longo de 20 anos de exílio, a comunidade esteja paulatinamente perdendo sua organização social, seus valores de solidariedade e o espírito comunitário que a caracterizou. Os resultados do oenegismo na CSM revelam o desastroso impacto que estas organizações surgidas na era Reagan tem nos movimentos sociais e na organização comunitária.

Utilizam tecnologias políticas, gerenciais e financeiras típicas do Estado burguês e da empresa capitalista a serviço das classes dominantes para controlar a dissensão, vigiar e impactar negativamente os movimentos sociais de esquerda. Ao final de contas são os doadores dos recursos que as ONG canalizam os que inevitavelmente controlam sua atuação e ditam os parâmetros da luta pela chamada 'justiça social'. As ONG realizam o trabalho que o governo deveria realizar utilizando os recursos estatais ou as doações de fundações – que não

servem mais que para isentar de impostos aos seus doadores. São impelidas a satisfazer as demandas dos seus doadores para continuar a receber recursos com o qual, muito dificilmente mudam suas estratégias mesmo que na prática estas não tenham resultados (a autocrítica é escassa) tornando-se extremamente rígidas e inflexíveis, contrariamente às dinâmicas de transformação de um movimento social.

Para mudar a sociedade radicalmente, temos que construir movimentos massivos capazes de derrubar os sistemas de dominação [...] O Complexo Industrial de Organizações Não Governamentais (CIONG) nos anima a pensar em organizar a justiça social como uma carreira; é dizer, trabalhar por ela quando se é pago [...]. No entanto, um movimento massivo requer o envolvimento de milhões de pessoas, a maioria das quais não podem ser pagas. Quando se tenta organizar as pessoas desde abaixo, usando o modelo de "carreira", o que estamos pedindo é que umas poucas pessoas trabalhem mais que tempo completo para fazer o trabalho que milhões de pessoas precisam fazer (INCITE, 2006).

A passividade com que a comunidade enfrentou a falência das fábricas que tinha sido proposta no seu retorno pode ser explicada através do fenômeno do oenegismo e seu impacto pulverizador sobre as comunidades que não só se circunscreve ao norte de Morazán, mas se estende por todo o país. Enquanto as principais lideranças comunitárias eram absorvidas pelas novas ONGs criadas e pelos cargos gerenciais ao interior das fábricas, se deixava de lado a organização da comunidade. A autonomia e a 'liberdade' de atuação que estes organismos ganharam ao se legalizar como entidades jurídicas, o acirramento dos conflitos entre eles e a desarticulação refletem a corrida pela obtenção de fundos. As ONGs promovem uma cultura de competição, não colaborativa com 'estratégias' de curto prazo sem levar em conta a efetividade da metodologia utilizada. A preocupação principal não é a organização de movimentos massivos e sim a atração de financiamento para a aplicação de projetos isolados e fragmentados, se perdendo a visão de totalidade dos processos e as possibilidades de mudança social. De forma geral e não apenas no ERP, muitos ex-comandantes oriundos da classe média partiram para as ONGs ou para a atuação dentro da FMLN como partido político. Este fenômeno levou a um afastamento generalizado das estruturas altas e intermédias das bases da guerrilha tendo fortes implicações na descontinuidade da organização popular.

No caso da CSM a continuidade do projeto comunitário, seus planos produtivos para a satisfação de necessidades da própria comunidade, seus organismos de bem-estar social para os setores mais vulneráveis, também se viram comprometidos pela forma como as camadas

médias urbanas que conformaram os mandos intermediários do ERP se inseriram no processo tentando se apropriar dos empreendimentos que a comunidade trazia de Colomoncagua. Estes quadros se impuseram na hora de administrar o complexo semi-industrial. Uma aposta que, apesar de que no plano discursivo se apresentava como revolucionária, reproduzia os padrões hierárquicos de administração da empresa capitalista anulando qualquer possibilidade de controle da produção por parte dos trabalhadores. Quando houve a oposição de certos coordenadores da comunidade envolvidos nos processos produtivos, cientes de que as decisões e os rumos dos projetos deviam ser tomados a partir da base, alguns elementos abandonaram os empreendimentos e até partiram para a sabotagem. Florestan Fernandes comenta como se dá a anulação das pressões de baixo para cima, das vanguardas de um movimento guerrilheiro:

Os “esquerdistas” e suas vanguardas com frequência destroem e obstruem como podem a capacidade de luta das massas. Começam temendo que elas “despertem” de uma letargia mais ou menos condicionada e mais ou menos imposta; e terminam com o pavor de perder suas “posições de liderança”, mecanismos de adaptação e de cooptação pelos quais a verbiagem revolucionária ou “populista” lhes garante certos requisitos de prestígio social e certo poder de barganha. Nesse sentido, uma esquerda pró-capitalista e fundamentalmente *burguesa* fomenta um radicalismo (e, por vezes, mesmo um ultraradicalismo) que cumpre a função histórica de excluir as massas populares da história e, alternativamente, de reduzir a eficácia revolucionária das massas (FERNANDES, 1981:57).

As mudanças sócio-culturais operadas durante a guerra, seja em termos de valores como a solidariedade de classe, a descoberta da possibilidade de transformação mediante as ações práticas de cooperação, seja nos empreendimentos produtivos que as comunidades do Norte de Morazán vinham ensaiando desde a década de 70 não encontraram um chão fértil no deserto neoliberal.

No marco histórico e estrutural atual, a dependência de El Salvador frente às potências capitalistas de tecnologias mais avançadas, se aprofundara acirrando sua posição subalterna na divisão internacional do trabalho hierarquicamente estruturada. As políticas neoliberais, sob o impulso do capital financeiro internacional, agravaram as contradições e intensificaram a exploração do trabalho, a concentração de terras, e a expulsão de seres humanos, fatos que não têm como horizonte uma reversão a médio ou longo prazo. Nesse marco, a luta das mulheres pela sua emancipação não pode ser levada adiante com reformas legais nem institucionais que não garantem ir além de uma igualdade formal e abstrata. Frente à desigualdade material a que

milhares de salvadorenses estão condenados, em especial as mulheres, se apela para as bondades de uma rede institucional fortalecida e para a democracia eleitoral. No entanto, os avanços da chamada “democracia eleitoral” - com as reformas institucionais, a criação de órgãos governamentais específicos para os direitos humanos e específicos para a mulher - não puderam eliminar as relações de poder material e de desigualdade estrutural de classe, muito menos a de gênero.

Na democracia sob domínio do capital, Mészáros observa que “o poder político das formações estatais do capital não é arbitrário, e sim rigorosamente dominado pelas determinações estruturais materiais do sistema estabelecido de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2011:286). Em outras palavras, o aumento da miséria consequência do desemprego estrutural, a precariedade trabalhista, o aumento da violência generalizada e em especial contra a mulher são todos funcionais à acumulação e expansão do capital, não são momentâneos nem subprodutos passíveis de serem corrigidos ou eliminados a través de políticas públicas traçadas pelo Estado, senão que são essenciais ao capital na sua forma contraditória e destrutiva de se reproduzir. Esta tendência irracional e *destrutiva* do capital se acentua em finais da década de sessenta, e expressa, de acordo com Mészáros, o início da crise estrutural do capital.

A grande tragédia de El Salvador é o descompasso temporal entre a luta de classes e os desdobramentos ocorridos nos últimos 40 anos de crise estrutural do capital. Se nos inícios o movimento popular e o movimento armado estavam impregnados de um nacionalismo radical válido e necessário para fazer avançar as revoluções democrática e nacional que dinamizassem as transformações dentro da ordem colocando ponto e final ao regime oligárquico excludente, antinacional e antidemocrático; este se torna insuficiente na hora de superar o sistema do capital e seus antagonismos explosivos. Era necessário projetar essa democracia radical e as demandas mais concretas dos movimentos populares em termos socialistas para levar a descolonização até suas últimas consequências.

Contudo, o movimento veio a desembocar no reformismo burguês em tempos de um capitalismo irreformável que não tolera as mínimas concessões para a classe trabalhadora nem no centro do sistema muito menos na sua periferia. A aposta defasada das camadas médias pelo fortalecimento institucional e do ‘Estado de direito’ em um momento histórico onde é evidente que não existem mais possibilidades de retorno ao estado de bem-estar social e

quando os impulsos civilizatórios do capital se encontram completamente esgotados, são sinais da sua atitude conciliatória - por não dizer de acomodação obviamente não admitida - com a ordem burguesa neoliberal mantida por uma classe dominante que jamais teve o interesse, e nunca o terá, de universalizar os benefícios da acumulação econômica³.

O grande desafio dos novos movimentos populares é construir suas organizações de baixo para cima priorizando sua independência de classe e levando em conta que não existe a possibilidade de eliminação de todas as mazelas sociais atuais sem uma luta pela superação do sistema do capital simultânea a uma luta pela igualdade substantiva entre homens e mulheres.

³ Sobre as camadas médias, Torres-Rivas atentava na década de 60 para o fato de que elas têm uma função conciliadora e de equilíbrio político em momentos de tensão e conflito social que emana dos seus anseios por aumentar seu padrão de consumo e pelas aspirações de ascensão mediante sua participação no Estado. A importância social da “co-participação” dos grupos médios está, no entanto, relativizada pela circunstância histórica da sua prematura domesticação política; [...] Tudo parece empurrá-las para uma situação de dependência econômica e psicossocial da burguesia, e ainda que não seja um setor decididamente “apolítico” se transforma em conformista. (TORRES-RIVAS, 1969:254).